

6 PRODUTO EDUCACIONAL

Nessa proposta de pesquisa, além da produção do relatório sobre o tema estudado, para o produto final almejou-se novos espaços de inclusão, com ambiente potencializador do conhecimento e de qualidade no acolhimento às crianças com necessidades educacionais especiais. Desta forma, de acordo com os dados coletados na pesquisa, desenvolveu-se uma proposta que possibilita novas práticas acolhedoras inclusivas.

Como produto educacional, elaboramos um Guia de orientações sobre acolhimento, o qual foi delineado de acordo com a pesquisa teórico-impírica e com os dados coletados junto às coordenações pedagógicas das Instituições mantenedoras das Escolas de Educação Infantil do município de Sinop- MT.

Um Guia sobre acolhimento para escolas e seus professores terem autonomia e direcionamento para as questões relacionadas à inclusão. O artigo 12 da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação destaca que no que se refere à direção da gestão democrática, esta passa a ter maior autonomia, de maneira a estabelecer que as unidades escolares elaborem e executem sua proposta pedagógica. Ou seja, a escola deixa de ser visualizada pelo prisma de uma instituição rígida e burocrática, para ser aquela instituição vista como cumpridora de ações sociais e, culturais, em que todos os atores pertencentes a ela contribuem para tomar decisões educativas, desenvolvendo inovações tanto curriculares quanto pedagógicas.

Nessa direção, o trabalho colaborativo se apresenta como condição fundamental para a elaboração e reelaboração do cotidiano escolar, transformando as relações autoritárias em outras relações, ou melhor, outras práticas inclusivas. Faz-se imprescindível, a fim de que ocorra o sucesso escolar e a diminuição de barreiras para a inclusão em sua totalidade, pensar na inclusão em todos os espaços da escola: salas, corredores, pátio, sala de leitura, quadra, dentre outras, uma vez que a escola inclusiva estará sempre em constante processo de transformação.

Sendo assim, o Produto Educacional foi pensado e desenvolvido em duas etapas. Na primeira etapa, são apresentados alguns fatos históricos sobre o processo de inclusão e os pressupostos teóricos que embasam sua construção. Desse modo, contextualizou-se brevemente a trajetória discriminatória e excludente da Educação Especial versus ensino regular no Brasil. Repensando as concepções da educação inclusiva e do paradigma da educação para todos e propondo novas discussões sobre

o tema, com o intuito de instigar reflexões sobre as práticas pedagógicas cotidianas.

Partindo desse viés e como segunda etapa, apresenta o Guia de orientações de acolhimento à criança na educação infantil, no qual estão as orientações e o fluxo para a realização do acolhimento. Nessa perspectiva, não há pretensão em dar prescrições de como realizar o acolhimento à estas crianças, mas cooperar com o diálogo e com futuras discussões na direção de uma educação cada vez mais inclusiva.

A construção deste Produto Educacional perpassou por análise de documentos norteadores da inclusão no município de Sinop, bem como, as políticas públicas a nível federal e estadual e também os resultados obtidos durante a pesquisa e as contribuições dos participantes para o produto. Buscando contribuir para novas práticas educativas e na melhoria dos processos de inclusão no contexto da Educação, este material foi construído com a finalidade de servir como um referencial para a acolhida das crianças na educação infantil, mas sobretudo, instigar reflexões sobre a cultura inclusiva.

Apresentamos também algumas reflexões com mensagens de pesquisadores, no decorrer do texto, acerca da inclusão e do acolhimento, buscando, desta forma, contribuir para novas práticas educativas e na melhoria dos processos de inclusão no contexto escolar. E para permitir que o material seja um guia, um instrumento claro e prático e de fácil acesso, o mesmo será disponibilizado em formato digital devido à agilidade e interatividade que esse recurso tecnológico oferece.



O ACOLHIMENTO E A ESCUTA NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS

GUIA DE ORIENTAÇÕES PARA O ACOLHIMENTO DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO – UNEMAT
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA – PROFEI

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós graduação Mestrado em Educação Inclusiva, ofertado pelo campus Sinop da UNEMAT, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Inclusiva.

Autora:
Maiby Gisele Wagner
Currículo Lattes:
<http://lattes.cnpq.br/7142976612865082>
E-mail: maiby.wagner@unemat.br

Orientação:
Prof. Dr. Lucio José Dutra Lord
Currículo Lattes:
<http://lattes.cnpq.br/6372806473090946>
E-mail: lucio.lord@unemat.br



Descrição Técnica do Produto

Este guia foi elaborado para orientar professores e gestores da educação infantil para as ações de acolhimento às crianças da Educação Infantil e Inclusiva.

Propõe reflexões e discussões sobre as realidades pedagógicas de inclusão na educação infantil, cooperando com o diálogo na busca de uma educação cada vez mais inclusiva.

Origem do Produto:
Desenvolvido no Mestrado em Educação Inclusiva- PROFEI

Nível de Ensino a que se destina o produto:
Educação Infantil

Área de Conhecimento:
Educação

Público-Alvo:
Professores e gestores da educação.

Categoria deste produto:
Caderno no formato digital disponibilizado em PDF.

Disponibilidade:
Instituída, mantendo-se o respeito à autoria do produto. Não sendo permitido uso comercial por terceiros.

Organização do Produto:
Este guia de Orientações está organizado em duas partes: na primeira delas estão os pressupostos teóricos que embasam a sua construção e na segunda parte, está o Guia de Acolhimento.

Imagens:
Tema de slides fornecido pelo power point

Divulgação:
Por meio digital.

Idioma:
Português

Cidade:
Sinop

País:
Brasil

Ano:
2022



APRESENTAÇÃO

Este material, é um guia de orientações, resultado da pesquisa realizada durante o curso de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI), inserida na Linha de Pesquisa Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. O modo interdisciplinar do mestrado, vinculando teoria à prática, demanda que o trabalho de conclusão do curso ocorra de forma associada ao desenvolvimento de um produto educacional. A construção deste Produto Educacional analisou os documentos norteadores da inclusão no município de Sinop, bem como, as políticas públicas a nível federal e estadual e também os resultados obtidos durante a pesquisa e as contribuições dos participantes na aplicação e avaliação do produto. Buscando contribuir para novas práticas educativas e na melhoria dos processos de inclusão no contexto da Educação, este material foi construído com a finalidade de servir como um referencial para a acolhida das crianças na educação infantil, mas sobretudo, instigar reflexões sobre a cultura inclusiva. Partindo desse viés, este guia de orientações está organizado da seguinte forma: Primeiramente, apresenta os pressupostos teóricos que embasam a sua construção, e em seguida, apresenta o Guia de orientações de acolhimento à criança na educação infantil. Nessa perspectiva, não há pretensão em dar prescrições de como realizar o acolhimento à estas crianças, mas cooperar com o diálogo na direção de uma educação cada vez mais inclusiva.



SUMÁRIO

- 01** Introdução
- 02** Leis que orientam a educação inclusiva no Brasil
- 03** Transformando o espaço escolar: foco no acolhimento
 - 3.1** Definindo acolhimento
- 34** Guia de acolhimento
- 39** Mensagem Final
- 41** Referências Bibliográficas



1 Introdução

Diante do mundo contemporâneo, de uma sociedade perpassada por várias transformações, se faz imprescindível a construção de uma escola inclusiva, compreendida como um espaço com capacidade para atender a demanda da diversidade, uma vez que somos todos diferentes, porém iguais como seres humanos e de direitos. Pensar a escola numa perspectiva de um espaço inclusivo nos leva a considerar a necessidade de acolhida igualitária dos inúmeros discentes que não conseguem se enquadrar no molde da homogeneidade.

Mediante o exposto algumas inquietações se fazem presentes: quais são as concepções de educação inclusiva e de paradigma de educação inclusiva na educação infantil? Como ocorre o acolhimento no espaço escolar na modalidade de educação infantil? Os professores são preparados para assumir uma cultura inclusiva de acolhimento?

Partindo dessas inquietações, este guia tem como objetivo buscar contribuir para novas práticas educativas e na melhoria dos processos de inclusão no contexto da Educação Infantil. Este material foi construído com a finalidade de servir como um referencial para a acolhida das crianças na educação infantil, mas sobretudo, instigar reflexões sobre a cultura inclusiva.



[...] inclusão é processo e não um estado, porque a movimentação física de alunos para que estejam presentes nas classes comuns não garante que estejam integrados com seus colegas e aprendendo e participando. (CARVALHO, 2005)





Inicialmente, a criança com necessidades especiais, era atendida por uma instituição educacional distante do ambiente da escola comum, que consistia nas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE. Posteriormente, tais estudantes começaram a frequentar uma sala de aula implantada no interior de uma instituição de ensino, porém, de uso exclusivo de pessoas com deficiência, a denominada sala especial.

É possível perceber que por tempo considerável, a educação especial era estruturada na perspectiva de uma modalidade substitutiva do ensino regular. Assim, as crianças com necessidades especiais eram privadas do processo de aprendizagem nas escolas de maneira e de contato contínuo com os demais. Este fato permitiu que tal método passasse a ser questionado em relação às escolas especiais, (KASSAR, 2016). As pesquisas, segundo Kassar; Rebelo (2018), relacionadas aos espaços para estudantes com necessidades educacionais especiais, mostram que, historicamente as pessoas com necessidade educacionais especiais eram completamente excluídas das escolas de ensino regular.

Os aspectos aí implicados são majoritariamente dois. Apesar de apresentarem-se como instituições de educação especial, muitas têm o maior foco no atendimento da reabilitação. O segundo aspecto refere-se ao fato de que tais instituições recebem recursos públicos para seu funcionamento (LAPLANE; CAIADO; KASSAR, 2016).



Em se tratando da premissa legal, ainda que a lei seja clara no que diz respeito à garantia da educação para todos, percebemos que, na prática, nem todas as pessoas possuem acesso à mesma. A constituição Federal de 1988, no artigo 205 declara que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p. 160).

Na mesma perspectiva, a mesma legislação garante alguns preceitos para esse direito à Educação, como:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. (BRASIL, 1988, p. 160).

Fica perceptível, que no que se refere à educação, em se tratando de inclusão, no Brasil o problema não é a falta de lei, uma vez que é vasto o leque de dispositivos legais que garantem a inclusão, vejamos os principais:



- 1948 – Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- 1988 – Constituição Federal de 1988;
- Lei nº 7.853/89 - Dispõe sobre direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, e sua efetiva integração social;
- Lei nº 9.394/96 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; Lei nº 10.436/02 – Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras;
- Lei nº 10.048/00 – Realiza a orientação sobre o direito ao atendimento prioritário às pessoas com deficiência;
- Lei nº 10.098/00 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- PNEEPEI (MEC, 2008) - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino.



- ❑ Decreto Nº. 7.611/2011 - Dispõe sobre atendimento educacional especializado complementar ao ensino regular para os alunos público alvo da educação especial e o seu financiamento por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.
- ❑ Lei nº 13.005/2014 - Plano Nacional da Educação. [Lei 13.146/15](#) - Estatuto da Pessoa com Deficiência.
- ❑ 2015 - Fórum Mundial de Educação de 2015 – Declaração de Incheon.
- ❑ 2015 - Lei 13.146 Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
- ❑ Lei 14.254/2021 - Lei de 30 de novembro de 2021. Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.



Essas deliberações, trazem uma nova concepção para a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais, nesse ajustamento do aluno aos padrões de normalidade, não é mais o aluno que deve adaptar-se à escola, mas sim a escola que deve se reconstruir para atender as condições dos novos alunos, tornando um espaço inclusivo.

As políticas públicas voltadas à educação escolar inclusiva deliberaram orientações na suposição de uma escola inclusiva e a defendiam, em nome de ideais progressistas, como possibilidade de tornar a sociedade mais inclusiva e solidária. Acompanhando o art. 27 da Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015) que determina,

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

A Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015) traz para a educação inclusiva, uma concepção de ensino contemporânea que tem como objetivo garantir o direito de todos à educação. Isto implica a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, contemplando, assim, as diversidades étnicas, culturais, sociais, físicas, intelectuais e de gênero dos seres humanos. Sugere a transformação da cultura, das práticas e das políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção.



Em se tratando de educação, as possibilidades de se construir metodologias que atendam às necessidades da diversidade, podem ser amplamente discutidas, uma vez que a educação especial faz parte da inclusão. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial, o atendimento inclusivo aos estudantes parte do princípio que não são apenas aqueles que tem um laudo médico que carecem ser incluídos, e sim, todos aqueles seres humanos excluídos do processo educacional por várias razões, sendo de diferentes etnias, brancos ou negros, índios, quilombolas, de diferentes gêneros, heterossexuais ou homossexuais, enfim, aqueles cujo quais estão sendo frequentemente homogeneizados pela atual cultura e sociedade. Assim, a Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva,

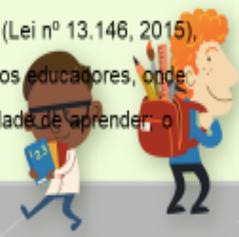
[...] constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008, p. 1).

A política nacional de educação, propõe uma reestruturação no sistema educacional, com objetivo de uma inclusão escolar baseada no trabalho pedagógico que visa atender todos os educandos sem distinção de raça ou gênero, classe ou quaisquer outras características que evidenciem as diferenças, baseando se na diversidade como algo almejado, dessa maneira, desconstruindo a "qualidade de ensino" imposta nas leis e decretos do nosso país, que contém um discurso que conceitua a normalidade e a deficiência, como algo homogeneizado.



A Base Nacional Comum Curricular – BNCC, foi desenvolvida a partir da Constituição de 1988, da LDB de 1996 e do Plano Nacional de Educação de 2014. Guiada por princípios éticos, políticos e estéticos, a BNCC direciona a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. De acordo com o documento, com o intuito de desenvolver uma prática educacional inovadora, a educação inclusiva faz parte da rotina do educador, pois tornou-se um direito de todo cidadão. O citado documento, com a ideia de inclusão escolar, tem uma compreensão que ultrapassa a inserção de estudantes com necessidades educacionais especiais no ensino comum, pois sugere repensar a escola em seu papel educacional e social, no sentido de assegurar a todos esses estudantes, o direito ao desenvolvimento de competências que lhe garantam a aprendizagem.

Rebello; Oliveira e Kassir (org.), discutem os desafios da educação inclusiva, e compreendem que: "Garantir a atenção à especificidade da população da Educação Especial sem perder a abrangência do olhar aos direitos sociais de todo o cidadão é um desafio a ser enfrentado na área da Educação Especial" (2019, p. 06). Segundo os autores, os princípios da educação inclusiva, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão – LBI (Lei nº 13.146, 2015), representam uma referência fundamental para a sociedade em geral, para os governantes e os educadores, onde se fala que toda pessoa tem o direito de acesso à educação, pois toda pessoa tem capacidade de aprender; o processo de aprendizagem de cada pessoa é singular.

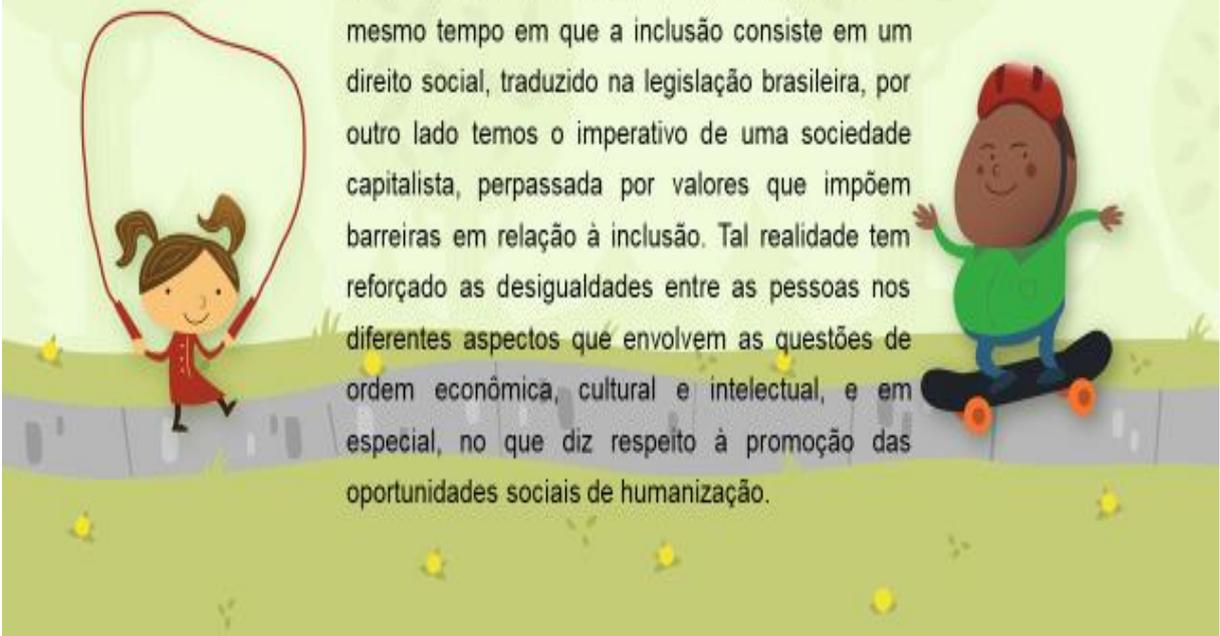


Conforme aponta Ló (2010) “[...] a escola precisa construir um ambiente social que, ao respeitar as diferenças, valoriza o incluir e o acolher.”



3 Transformando o espaço escolar: foco no acolhimento

Na atualidade, vivemos, no que diz respeito à educação inclusiva, certa ambiguidade, ou seja, ao mesmo tempo em que a inclusão consiste em um direito social, traduzido na legislação brasileira, por outro lado temos o imperativo de uma sociedade capitalista, permeada por valores que impõem barreiras em relação à inclusão. Tal realidade tem reforçado as desigualdades entre as pessoas nos diferentes aspectos que envolvem as questões de ordem econômica, cultural e intelectual, e em especial, no que diz respeito à promoção das oportunidades sociais de humanização.



Para autores como Carvalho (2000), transformar a escola em um espaço inclusivo requer a eliminação de obstáculos ao ensino, que não permanecem apenas porque as pessoas possuem algum tipo de dificuldade de aprendizagem, mas procedem das relações entre os sujeitos e os recursos humanos e materiais, ou seja, dependem do contexto onde são criadas. Deste modo, para ultrapassar tais barreiras, necessitamos a análise de todo o contexto educativo com a identificação das limitações que impedem o sucesso na aprendizagem das crianças e que repudie qualquer tipo de rótulo.

Segundo os autores Martinez e Santos, as políticas públicas tem fundamental papel neste processo de inclusão nos espaços escolares,

A construção de uma perspectiva educacional inclusiva, cujo foco central é a transformação das instituições escolares em espaços para atender aos alunos com diferentes condições de vida e necessidades educacionais, reclama o compromisso efetivo da administração pública, para que se empenhe na formulação de políticas que sejam capazes de romper com a estrutura excludente da escola. (SANTOS; MARTINEZ; 2016, p.254)



Na perspectiva da inclusão, pelo viés escola inclusiva cabe a ela criar estratégias a fim de incorporar seus alunos, de forma a oferecer a possibilidade para que ele adquira o gosto pela aprendizagem de forma a desenvolver sua autoestima. A fim de que possam participar de forma plena do processo de construção do conhecimento, de maneira a levar em conta o respeito às diferenças, mediante a adoção de critérios e de recursos pedagógicos relativos à acessibilidade, partindo do princípio de que a educação consiste em um direito social. Conforme Seneda (2018),

A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois vai além do atendimento dos alunos com deficiência e os que apresentam dificuldade de aprender, devendo também incluir as diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas e de gênero. Ou seja, a diversidade humana está sendo cada vez mais desvelada e destacada, sendo condição imprescindível para se entender como aprendemos e como compreendemos o mundo e a nós mesmos. (SENEDA, 2018, p.21)

Uma escola inclusiva permite o acesso para que toda criança possa estudar nela, de forma a se colocar à disposição para ser modificada, a fim de aceitar qualquer pessoa, desenvolvendo outras formas para ensinar, avaliar e designar atividades.



A inclusão pode acontecer independente do âmbito escolar estar inserido alunos com necessidades educacionais especiais e esse processo precisa ser pensado para todos, compreendendo as diversidades, as vivências, as características e especificidades de todos.

Fica evidente que a criança deve ser o centro da preparação pedagógica e que as experiências e métodos de ensino do docente sejam específicos às necessidades destes, direcionadas para o acolhimento de todos (com necessidades educacionais especiais ou não) com atenção voltada para o protagonismo dos alunos. De acordo com as Diretrizes curriculares para a educação infantil,

Um bom planejamento das atividades educativas favorece a formação de competências para a criança aprender a cuidar de si. No entanto, na perspectiva que integra o cuidado, educar não é apenas isto. Educar cuidando inclui acolher, garantir a segurança, mas também alimentar a curiosidade, a ludicidade e a expressividade infantis. (BRASIL, 2013, p.91).



3.1 Definindo acolhimento

Staccioli (2013) apresentou no século XX, uma escola de educação infantil diferente da que havia, relatando as experiências de uma pedagogia realizada no dia a dia, a partir das relações estabelecidas entre crianças, os/as professores/as e as famílias, pois naquela época se tinha (talvez até hoje se tenha) uma visão utilitarista de que nessa etapa da educação, apenas se preparava as crianças para a alfabetização, seria uma pré escola.

Este pesquisador como contraponto, propôs uma escola de infância acolhedora, oferecendo uma possibilidade para as crianças vivenciarem de fato sua infância, aprendendo e convivendo com os demais, assim respeitando os seus direitos de participar na construção do conhecimento coletivo, de serem protagonistas na escola. Proporcionando um lugar de infância de alegria e de confiança para a criança. "Acolher uma criança é também acolher o mundo interno dela, as suas expectativas, os seus planos, as suas hipóteses e as suas ilusões" (STACCIOLI, 2013, p. 28).



Para Staccioli (2013, p.25) o acolhimento na educação infantil é um método de trabalho complexo, uma ideia chave no processo educativo e deve acontecer não somente no período de adaptação das crianças, mas sempre, isto é, precisa ser constantemente acolhedora.

De acordo com Staccioli (2013), ser professor de educação infantil sugere um perfil intrincado de grande responsabilidade e requer o domínio de competências pedagógicas, metodológicas, culturais, psicológicas e didáticas específicas, além de uma sensibilidade e disponibilidade para a relação educativa com as crianças. Neste sentido o pesquisador realça o papel significativo do professor em estabelecer relações positivas com as famílias que inspirem confiança e empatia. Essa competência relacional que o mesmo atribui aos professores, também acredita ser fundamental com as crianças, quando compreende a realidade dela, quando realçam suas potencialidades e possibilidades de aprendizagem, sem ressaltar pontos negativos; dessa forma o professor encoraja o sucesso das crianças nos desafios de aprendizagem, desenvolvendo também crianças com personalidades equilibradas. Para Staccioli,

As experiências que as crianças realizam na pré-escola nos diversos âmbitos do fazer e do agir podem adquirir valor cultural e dimensão cognitiva na medida em que forem estimulantes e organizadas em contextos de acolhimento. (STACCIOLI, 2013, p. 26)



Barbosa (2010) enfatiza que acolher uma criança na escola exige dos professores atenção, competência e sensibilidade nas relações com as crianças e suas famílias. O professor, nesse sentido, acolhe as crianças, proporcionando com que, através do seu achego e sua presença, elas possam vivenciar sua trajetória na vida escolar de modo compartilhado com outras crianças e adultos. Para o professor compreender o universo da criança, é preciso estar com eles, observar, escutar, acompanhar seus corpos, seus gestos.

Hoyuelos (2021) que pesquisou sobre a ética de Malaguzzi e publicou sobre seus pensamentos e suas obras pedagógicas fala sobre a pedagogia malaguzziana e descreve sobre a relação de escuta e respeito, onde esses dois conceitos são complementares. "Não é possível escutar sem respeitar, e não é possível respeitar alguém sem escutá-lo". Hoyuelos (2021, p. 386). Segundo o autor, Malaguzzi, tem em sua pedagogia, o ato de escutar e observar sem julgar, sendo a maneira mais idônea de um adulto reconhecer as capacidades infantis



A escuta dessa forma, seria um ato de cultura, de civilidade, sendo uma forma de aprendizagem permanente. Para Hoyuelos então, “Esse processo dota de dignidade tanto os educadores quanto as crianças. Não há nada mais digno para um professor do que se sentir aluno. E não há nada mais digno para a criança do que se sentir escutada e apreciada sem ser julgada”. Hoyuelos (2021,p.387).

Segundo este autor, na pedagogia malaguzziana o ato do estímulo precoce desrespeitava o tempo da infância, o ritmo de aprendizagem da criança, pois Malaguzzi tinha em suas inúmeras virtudes, o respeito à criança, o saber respeitar o tempo de desenvolvimento das mesmas. “O emocional sempre esteve presente nas teorias e nas práticas de Malaguzzi [...]” Hoyuelos (2021, p. 390). Malaguzzi seria um ser muito criativo e colocou em prática o valor da reciprocidade e da intersubjetividade; dava valor ao ato de errar como significado direto do ato de aprender, seria uma de suas estratégias educativas, uma de suas crenças mais fortes, onde para o mesmo, a escola era o lugar de aprendizagem para todos, professores e alunos.



Staccioli (2013) afirma que “Acolher não é submissão aos eventos casuais, mas ao contrário, é reconhecer que a vida real também é cultural [...]” Staccioli (2013, p.29), reafirmando neste sentido, que no cotidiano escolar, não há contradição entre acolhimento e ação educativa, pois dentro desse cotidiano que se amadurecem os diferentes campos de experiências, favorecendo a construção do conhecimento.

As autoras Beber e Silva (2018) compreendem esse protagonismo das crianças na educação infantil,

Acolher o direito ontológico da criança brincar, experimentar, aprender, desenvolver-se a partir das suas necessidades e iniciativas. Nesta perspectiva, não se exige a participação do adulto, mas pelo contrário, esta participação acontece mediada por uma ética sustentada no cuidado. O cuidado enquanto percepção e atendimento das necessidades sem as quais a criança não teria condições de sobreviver. Uma ação que acolhe, constrói vínculos e dá segurança para a criança, fundada numa capacidade de “escuta” do adulto que percebe nos movimentos da criança as suas necessidades. (BEBER; SILVA, 2018, p. 160).

Este movimento de escuta por parte do professor, segundo as autoras, requer uma atenção, um esforço maior, porém quando este processo acontece, facilita para o profissional entender melhor as necessidades de cada criança.



Segundo Abdalla (2016, p.14), todos os que atuam na escola são responsáveis pela inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais e a mobilização da comunidade escolar é necessária para que se firme um compromisso com a inclusão. Os empecilhos físicos, mentais, intelectuais e sensoriais são característicos à diversidade humana, de modo que a criança com alguma necessidade especial tem consequência destes impedimentos e ainda se deparam com as barreiras sociais e atitudinais.

Em sua pesquisa Monteiro (2020, p.28) destaca que "A construção de espaços inclusivos pressupõe que todos os estudantes se sintam acolhidos e atendidos em suas necessidades". E ainda, que este espaço deve ser construído coletivamente e vivenciado no cotidiano, desta forma mantendo uma cultura na escola. Um dos principais objetivos da educação para as crianças com necessidades especiais, síndromes e transtornos, é o de diminuir as condições que os impossibilitam de participar do ambiente escolar e da sociedade, para o pleno exercício da cidadania.



Importante esclarecer que a proposta deste Guia de orientações não se refere à extensão do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para as crianças público alvo da educação infantil, mas o objetivo é dar visibilidade para essas crianças, no sentido de não ficarem despercebidas no processo escolar e sobretudo, destacar a importância da articulação entre educação especial e ensino comum, prevista na PNEPEI (BRASIL, 2008,) bem como explicitar a importância do acolher estas crianças e sua família no cotidiano da escola, promovendo a inclusão de fato.

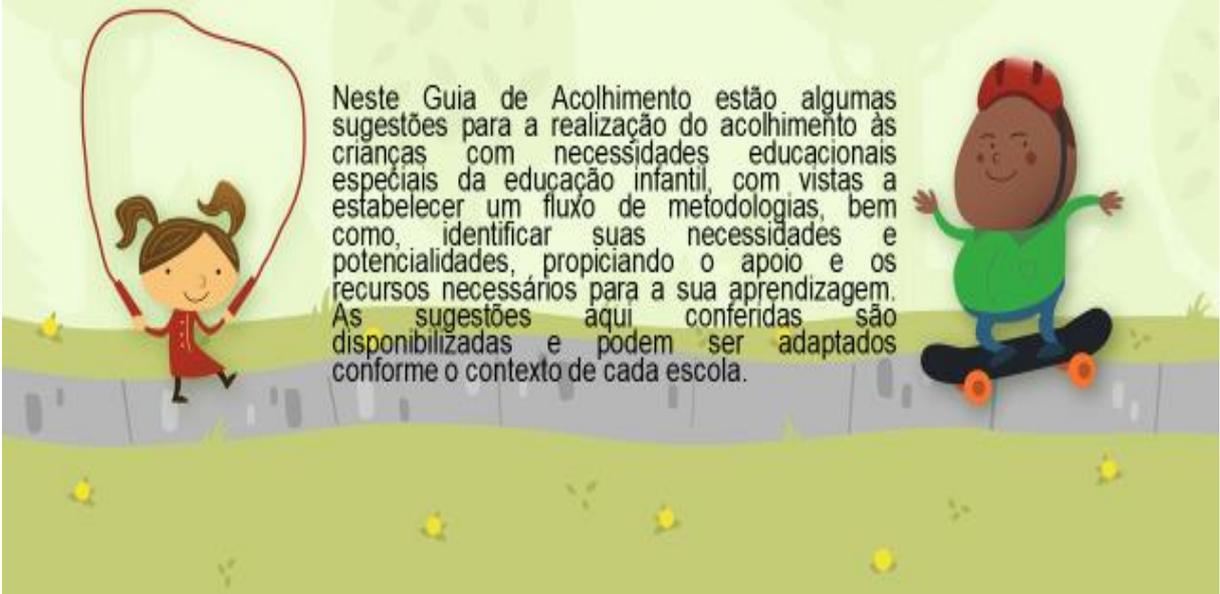


"[...] a escola será inclusiva, na medida em que essa comunidade também buscar, no seu cotidiano, a sintonia entre seu discurso e a alteridade de suas relações." Brandão (2013, p. 30)



GUIA DE ACOLHIMENTO

Neste Guia de Acolhimento estão algumas sugestões para a realização do acolhimento às crianças com necessidades educacionais especiais da educação infantil, com vistas a estabelecer um fluxo de metodologias, bem como, identificar suas necessidades e potencialidades, propiciando o apoio e os recursos necessários para a sua aprendizagem. As sugestões aqui conferidas são disponibilizadas e podem ser adaptados conforme o contexto de cada escola.



1 LEVANTAMENTO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

- ❖ Quando a criança vem para a escola com laudo médico ou tem suspeita de alguma necessidade especial (quando a família já percebeu alguma necessidade), no primeiro momento, sentar e conversar com a família da criança para entender o contexto em que a mesma vive com seus familiares, manter o diálogo com a família;
- ❖ A Coordenação pedagógica e a professora da sala de recursos multifuncionais, ter em mãos, uma ficha para preencher juntamente com a família, todos os dados da criança, com possibilidade de perguntas referentes às principais dificuldades e também as potencialidades da criança notadas pela família;
- ❖ O pesquisador italiano Staccioli (2013) relata que o acolhimento é um processo complexo para todos os envolvidos e gera diversos sentimentos. Assim torna-se relevante a disposição do professor e da escola de acolher as crianças de modo personalizado e lidar com suas emoções e as angústias das famílias durante os rudes momentos de separação, de ambientação no cotidiano e na construção de novas relações com as outras crianças e com outros adultos (STACCIOLI, 2013).



2 O ACOLHER

- ❖ Utilizando os dados que a equipe pedagógica têm da criança, estes farão o convite para a família para uma acolhida especial, com prévio agendamento. Neste dia a equipe pode apresentar todo o espaço da escola para a família. Esta acolhida poderá ser de diferentes formas, recepcionar essa família com uma mesa preparada com um agradável café ou lanche da tarde; elaborar painéis com retrato da criança e sua família, por exemplo; deixar que a criança traga algo que goste muito, seu bicho de estimação por exemplo (o animal ou retrato ou o próprio objeto); poderá também proporcionar algum tipo de brincadeira juntamente com o familiar; deixar a criança fazer neste primeiro momento uma atividade que se identifique, que pode ser a pintura, o desenho, uma brincadeira etc. O objetivo principal neste primeiro contato da criança com a escola é fazer com que a mesma se sinta pertencente e segura ao ambiente escolar sendo parte integrante do grupo.



3 ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO

- ❖ As ações inclusivas devem ser sistematicamente acompanhadas, sempre discutidas e refletidas em reuniões periódicas entre Coordenadores e professores. Para auxiliar esse processo, a ficha deve ser arquivada na pasta da criança, como também deve ser disponibilizada uma cópia para o^a professor^a e coordenador^a. Nesta ficha será sempre feitas as observações dos professores, para que possam dialogar sobre o desenvolvimento da criança com a equipe pedagógica e também com a família.



4 A ESCUTA

- ❖ E quando o professor pode notar que uma criança precisa de um olhar mais atento? Quando a criança veio para a escola mas a família não identificou nenhuma dificuldade dela até o momento. A escuta e o olhar atento dos professores no espaço em que atua, pode se tornar um local acolhedor, com possibilidades de novas experiências e aprendizados. Dessa forma, conforme os Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil,

As crianças precisam de relacionamentos consistentes, estimulantes e interativos. O desenvolvimento e a aprendizagem ideais nessa faixa etária são amplamente reforçados quando há processos sociais e relacionamentos recíprocos, responsivos, respeitosos entre elas e os adultos nas práticas ofertadas. É importante que os profissionais que trabalham com essa faixa etária engajem-se em uma cultura de pensamento, reflexão e diálogo sobre as crianças e suas infâncias, tenham um conhecimento profundo e amplo de como elas aprendem e desenvolvem-se, respondendo de maneira que melhor atenda suas necessidades e interesses individuais e coletivos. (BRASIL, 2018, p.12).

- ❖ Em sua pesquisa Monteiro (2020, p.28) destaca que "A construção de espaços inclusivos pressupõe que todos os estudantes se sintam acolhidos e atendidos em suas necessidades". E ainda, que este espaço deve ser construído coletivamente e vivenciado no cotidiano, desta forma mantendo uma cultura na escola. Essa cultura se constrói no dia a dia com muita observação.



Neste sentido, quando o professor assume uma postura de escuta, jamais intervém, não corrige as falas das crianças, pelo contrário, deixa tomarem corpo e moldarem hipóteses; no máximo intervém para confirmar ou problematizar algo. Neste momento de estimulação do professor o princípio fundamental é a sua atenção, assim está apoiando o crescimento intelectual e a capacidade de compreensão da criança, sua escuta, assim,

[...] a escuta exige que o ouvinte se coloque na pele do outro, que se sintonize com ele, que mude seu modo de ver e de sentir para tentar captar o de seu interlocutor. A escuta não é uma ação passiva, um deixar acontecer, um comportamento fácil; a escuta é um agir muito ativo [...] (STACCIOLI, 2013, p.38).

Staccioli (2013) afirma que "Acolher não é submissão aos eventos casuais, mas ao contrário, é reconhecer que a vida real também é cultural [...]" Staccioli (2013, p.29), reafirmando neste sentido, que no cotidiano escolar, não há contradição entre acolhimento e ação educativa, pois dentro desse cotidiano que se amadurecem os diferentes campos de experiências, favorecendo a construção do conhecimento.



5 TRABALHO COLABORATIVO

❖ Para Staccioli (2013, p.25) o acolhimento na educação infantil é um método de trabalho complexo, uma ideia chave no processo educativo e deve acontecer não somente no período de adaptação das crianças, mas sempre, isto é, precisa ser constantemente acolhedora. Staccioli (2013) enfatiza que o acolhimento não é sempre tranquilo, o professor por vezes, é levado a questionar-se sobre suas atitudes e conseqüentemente seus erros. Defende que os professores trabalhem de forma colaborativa, pois o trabalho em equipe é fundamental para a harmonia entre adultos, crianças e todos os atores envolvidos, inclusive a família. Desta forma a parceria entre escola e família e entre professores de sala regular e AEE é fundamental.



MENSAGEM FINAL

A realidade tem evidenciado que nem todos os profissionais tem se preocupado com a dimensão afetiva e inclusiva da escola. Nem todos desejam mudar ou refletir sobre suas práticas de ensino, continuando na idéia de que os alunos tem que se adaptar às metodologias aplicadas nas escolas, e não o contrário. Fica evidente que com ações simples como é o caso da acolhida à criança, pode-se corroborar para a construção de uma cultura educacional inclusiva.

Neste sentido, o professor se apresenta como o ator social imprescindível para a promoção do acolhimento por meio de práticas educativas inclusivas, procurando propiciar um ambiente acolhedor e na reflexão de sua prática, o professor estimula na criança a autoestima, confiança, capacidade de se socializar e cooperar.



Cabe à escola inclusiva responder às reais necessidades de todos os alunos que devem aprender juntos, independentemente das suas dificuldades ou diferenças. Nesta direção, a escola pode estar em constante mudança nos diferentes aspectos, dentre os quais, nas dimensões metodológicas, organização de seus planos, adaptações curriculares e nas diversas culturas e posturas.

Partindo desse contexto, a inclusão nas instituições educacionais se concretiza quando todos passam a ter seu espaço e são respeitados, independentemente das suas especificidades, desenvolvendo seu potencial. As práticas pedagógicas e as políticas educacionais necessitam ser constantemente repensadas, a fim de se alcançar a participação de todos na aprendizagem.



REFERÊNCIAS

ABDALLA, Ana Paula. **Representações de professores sobre a inclusão escolar**. Rio Claro – SP, 2016.

BARBOSA, Maria Carmem. **As especificidades da ação pedagógica com os bebês**. In: I Seminário Nacional: currículo em movimento, 1. Anais..., Belo Horizonte, 2010.

BEBER, Irene Carrillo Romero; SILVA, Ivone Cella da. **A ação pedagógica na educação infantil: o protagonismo das crianças**. Revista Educação, Cultura e Sociedade. Sinop/MT, V. 8, N. 1, 2018, p. 152-162.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial. MEC; SEESP, 2001.

_____. MEC/SEB. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: 2009.

_____. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2021.

_____. **Lei nº 9.394/96 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 6ª ed. Brasília: Ministério da Educação, 2005.



BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília, DF, jul 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm. Acesso em 21 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEB, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 30 ago. 2020.

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. 35 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva: do que estamos falando? Revista Educação Especial, n26, p. 1-7, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4395>. Acesso em: 10 fev. 2022.

CARVALHO, José Munio de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem**: educação inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2000.

HOYUELOS, Alfredo. **A ética no pensamento e na obra pedagógica de Lonis Malaguzzi**. 1. Ed. – São Paulo: Phorte, 2021.

LAPLANE, Adriana Lia Frizman; CAIADO, Katia Regina Moreno; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **As relações público-privado na educação especial: tendências atuais no Brasil**. Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 17, p. 40-55, 2016.

LÔ, Judith Eva Dupont. **Uma escola para todos e para cada um**: escola inclusiva, uma comunidade de aprendizes. p. 119-134. 2010. Disponível em: <http://www.uces.br/eletrivistas/index.php/conjectura/articulo/view/187>. Acesso em: 10 fev. 2022.

MALAGUZZI, Lonis. **Esperienza por una nuova scuola dell' infanzia**. Rome: Riuniti, 1971.

MALAGUZZI, L. Histórias, ideias e filosofia básica. In: EDWARDS, C.; GANDINI, L.; FORMAN, G. **As cem linguagens da criança: a abordagem de Renza Emilia na educação da primeira infância**. Tradução. Dayse Batista. Porto Alegre: Perseu, 2016.



MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MONTEIRO, Cátia Maria Alves. **Acolher para incluir: o acolhimento como articulador das práticas educacionais inclusivas.** 86f. Dissertação de Mestrado. Instituto Federal Catarinense. Blumenau, 2020.

SENEDA, Elizete Varussa. **O Papel do Gestor Como Articulador do Trabalho Colaborativo no Contexto de Uma Escola Inclusiva - Um Estudo de Caso.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação da Universidade de Araraquara - Uniara. São Paulo-SP, 2018.

SANTOS, Geandra Cláudia Silva; MARTÍNEZ, Albertina Mitjans. A subjetividade social da escola e os desafios da inclusão de alunos com desenvolvimento atípico. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v. 22, n. 2, p. 253-268, Abr.-Jun., 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382016000200253. Acesso em 20 mai. 2021.

STACCIOLI, Gianfranco. **Diário do acolhimento na escola da infância;** tradução (do italiano) Fernanda Ortale & Ilse Paschoal Moreira. – Campinas, SP: Autores Associados, 2013. – (Coleção formação de professores. Série educação infantil em movimento).



CONCLUSÃO

Após o desenvolvimento da pesquisa em tela, ponderando a origem excludente e homogeneizadora que prevalece no sistema educacional brasileiro, a cultura da “normalização” garante a inserção da criança na escola, contudo, sem atender às necessidades educacionais de cada um, o acolhimento necessita de uma abordagem interdisciplinar, analisando as dimensões histórico, social e cultural que formam a subjetividade da criança.

Diante dos dados coletados, identificou-se que, na prática, ainda não temos uma política municipal com intuito de uma formação de educação inclusiva para todos os profissionais da rede. As formações e ações referentes à inclusão, são voltadas especificamente para os profissionais do Atendimento Educacional Especializado. A responsabilidade e autonomia é dada às instituições de ensino, que através do seu Plano Político Pedagógico e a formação pela escola, onde cada instituição à princípio, definiria os temas de acordo com os anseios dos profissionais, são temas diversos.

Nesse sentido, caberia a instituição investigar com seus colaboradores a necessidade de se dialogar sobre o tema do acolhimento, trazer pesquisas e autores que compreendem o conceito para as discussões serem ampliadas no contexto escolar. A instituição pode propor a discussão sobre o acolhimento para buscar alternativas, procedimentos pedagógicos e colaborativos entre todos os profissionais envolvidos para se obter uma prática acolhedora.

Assim, a pesquisa poderia ainda aprofundar os estudos na prática colaborativa entre todos os profissionais da educação. Acredita-se que o trabalho colaborativo pode resultar na quebra das relações de poder autoritário abrindo espaço para a existência de uma relação democrática, na busca por um ensino inclusivo, cujo resultado incidirá no envolvimento e na participação de todos os profissionais em uma perspectiva coletiva, mediante a clareza dos objetivos e ações que devem ser desenvolvidos em comum acordo em que todos têm voz na construção e nas reflexões deste processo.

Na presente pesquisa identificou-se que as discussões sobre a inclusão e o acolhimento podem ser ampliadas nas instituições de ensino e que cabe à estas, responderem às reais necessidades de todas as crianças para que todas possam aprender juntas, independentemente das suas dificuldades ou diferenças. Nessa direção, a escola pode estar em constante mudança nos diferentes aspectos, dentre

os quais, nas dimensões metodológicas, organização de seus planos, adaptações curriculares e nas diversas culturas e posturas.

Neste sentido, diante da presente pesquisa, ainda restam alguns pontos, que podem ter um maior aprofundamento e que podem ser objeto de futuros estudos: à quem cabe a responsabilidade de se efetivar a inclusão nas escolas de educação infantil com práticas acolhedoras? Seriam as escolas ou as instituições mantenedoras? Com a problematização da pesquisa e após os dados coletados, visto que não é ofertado a formação continuada sobre o tema para os professores de ensino regular, pelo município, poderia então o município oferecer esta formação aos profissionais da educação? Diante da pesquisa, abre-se também o espaço para novas discussões e ampliação de novas políticas públicas que possam pensar no sentido afetivo e de novas práticas inclusivas nas instituições de ensino do município de Sinop.

Partindo desse contexto, concluímos que o processo formativo de professores também contempla as especificidades do acolhimento, logo com esta prática pedagógica, a inclusão nas instituições educacionais poderá se concretizar tendo as crianças o seu espaço, sendo respeitados, independentemente das suas especificidades, desenvolvendo seu potencial. As práticas pedagógicas e as políticas educacionais necessitam ser constantemente repensadas, a fim de se alcançar a participação de todos na aprendizagem.

A realidade tem evidenciado que nem todos os profissionais tem se preocupado com a dimensão afetiva e com práticas acolhedoras e inclusivas na escola. Nem todos desejam mudar ou refletir sobre suas práticas de ensino, se quer têm o conhecimento necessário sobre inclusão, continuando na idéia de que as crianças têm que se adaptar às metodologias aplicadas nas escolas, e não o contrário. Fica evidente que com ações simples como é o caso da acolhida à criança, pode-se corroborar para a construção de uma cultura educacional inclusiva.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, Ana Paula. **Representações de professores sobre a inclusão escolar**. Rio Claro – SP, 2016.

ALBUQUERQUE, Augusto Parras. **A subjetividade social de uma escola inclusiva: um estudo de caso**. 157 f. Dissertação de Mestrado - Universidade de Brasília, 2005.

BARBOSA, Maria Carmem. **As especificidades da ação pedagógica com os bebês**. In: I Seminário Nacional: currículo em movimento, 1. Anais..., Belo Horizonte, 2010.

BATISTA, R.P.; ARAUNA D.N.; RIBEIRO, P.J.; BESERRA, A.O. **Quando o querer torna a prática possível**. 1ª edição, São Paulo, 2021.

BEBER, Irene Carrillo Romero; SILVA, Ivone Cella da. **A ação pedagógica na educação infantil: o protagonismo das crianças**. Revista Educação, Cultura e Sociedade. Sinop/MT, V. 8, N. 1, 2018, p. 152-162.

BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. **Index para a Inclusão**: versão em português. Tradução Ana Maria Bénard da Costa e José Vaz Pinto. Disponível em http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_17.pdf. Acesso em 21/3/2021.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto, Portugal: Porto Ed., Coleção Ciências da Educação, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial. MEC; SEESP, 2001.

_____. MEC/SEB. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: 2009.

_____. **LEI Nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília. 2001.

_____. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducoespecial.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2021.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão: **Revista da Educação Especial**, 4(1), 7-17. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Básica Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. Secretaria de Educação Básica –

Brasília. DF, 2018.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. **Lei nº 9.394/96** – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 6ª ed. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília, DF, jul 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 21.ago. 2020.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.242, de 19 de junho de 2001**. Institui o Dia Nacional das APAEs. Brasília, jun, 2001. Acesso em 30. Ago. 2020.

BRASIL. Ministério da educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEB, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em 30.ago.2020.

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. 35 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012.

BRASIL, MEC/SECADI. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Brasília: MEC, 1989.

BRASIL. **Decreto Nº 7.611 de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Diário Oficial [da] União. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **LEI Nº 10.048, DE 8 DE novembro de 2000**. Brasília: MEC, 2000

BRASIL. **Lei Nº 10.098 de 19 de Dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Brasília: MEC, 2002.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação – PNE** e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de junho de 2014. Disponível em: Acesso em: 18 de março de 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n.2, de 20 de dezembro de 2019.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), 2019b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 22 maio 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020.** Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-27-de-outubro-de-2020-285609724>. Acesso em 22 mai. 2021.

_____. **Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001.** Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001.

_____. **Resolução CNE/CP nº 1 de 18 de fevereiro de 2002.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica. Brasília, 2002.

_____. **Lei nº 14.254 de 30 de novembro de 2021.** Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. 2021. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=14254&ano=2021&ato=a27IzYE9UMZpWT004>. Acesso em: 16 mai. 2022.

BREHMER, Laura Cavalcanti de Farias; VERDI, Marta. **Acolhimento na Atenção Básica: reflexões éticas sobre a Atenção à Saúde dos usuários.** Ciência saúde coletiva [online]. 2010, v.15, supl.3, p.3569-3578. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232010000900032&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 19 mai. 2021.

BRIANT, M. E. P., & Oliver, F. C. Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo estratégias e ações. **Revista de Educação Especial.** 18(1), 141-154. 2012.

BUENO, José Geraldo da Silveira. **As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da educação especial?** In: BUENO, José Geraldo Silveira; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; SANTOS, Roseli Albino dos. Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise. - Araraquara, SP: Junqueira&Marin; Brasília, DF: CAPES, 2008.

CAMARGO, Eder Pires. **Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces.** Ciência & Educação. Vol.23 no.1 Bauru jan./mar. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132017000100001&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em 20 jul. 2021.

CARVALHO. José Murilo de. **Cidadania no Brasil.** O longo Caminho. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva.** Porto Alegre: Mediação, 2000.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: do que estamos falando?** Revista Educação Especial, n.26, p. 1-7, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4395> . Acesso em: 24 jun. 2021.

CASTILHO, EWV. **O papel da escola para a educação inclusiva.** In LIVIANU, R., cood. Justiça, cidadania e democracia [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009. pp. 108- 119. ISBN 978-85-7982-013-7. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/ff2x7/pdf/livianu-9788579820137-10.pdf>>. Acesso em 21 jul. 2021.

CHIZZOTTI, A. **A pesquisa educacional e o movimento pesquisas científicas baseadas em evidências. Práxis educativa,** São Paulo, v.10, 2015. Disponível em:<https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/7157>. Acesso em 20.ago.2020

DAINEZ, D., & NARANJO, G. **Los docentes ante las demandas de las políticas de educación inclusiva para la atención de niños con diferentes discapacidades: casos de México y Brasil.** *Pro-Posições.* 26(2), 187-204. 2015. Disponível em:<https://dx.doi.org/10.1590/0103-7307201507710>. Acesso em 18 jul. 2021.

DELEUZE, G. **Diferença e repetição.** 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FERREIRA, Giselle Coutinho e TOMAN, Alexandre Toman. Educação Especial e Inclusão: o que mostram as iniciativas de formação continuada? **Revista Docência e Cibercultura.** DOI: <https://doi.org/10.12957/redoc.2020.54811>. Rio de Janeiro v. 4 n.3 p. 370 Set/Dez 2020. ISSN 2594-9004. 2020. Acesso em: 18 jul. 2021.

FRANCO, Túlio Batista; FRANCO , Camilla Maia. Acolhimento com classificação de risco e a micropolítica do trabalho em saúde: a experiência de Silva Jardim/Rio de Janeiro. **Rev APS**,15(2): 227-233, abr/jun.,2012.

FRANCO, T. B.; BUENO, W. S. & MERHY, E. E..O acolhimento e os processos de trabalho em saúde: o caso de Betim, Minas Gerais, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 15(2):345-353, abr-jun, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

Fórum Mundial de Educação. **Declaração de Incheon**. 2015. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000233137_por. Acesso em: 16 mai. 2022.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso e MICHELS, Maria Helena. **Educação e Inclusão: equidade e aprendizagem como estratégias do capital**. Educação & Realidade [online]. 2021, v. 46, n. 3 [Acessado 4 Agosto 2022] , e116974. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-6236116974>>. Epub 10 Nov 2021. ISSN 2175-6236. <https://doi.org/10.1590/2175-6236116974>. Acesso em 15 jul. 2022.

GARDNER, H. **To open minds: Chinese clues to the dilemma of contemporary education**. New York: Basic Books, 1989.

GOMES, Claudia e Gonzalez Rey, Fernando Luis. **Psicologia e inclusão: aspectos subjetivos de um aluno portador de deficiência mental**. Revista Brasileira de Educação Especial [online]. 2008, v. 14, n. 1 [Acessado 15 Julho 2021] , pp. 53-62. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-65382008000100005>>. Epub 03 Jun 2008. ISSN 1980-5470. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382008000100005>. Acesso em 15 jul.2021.

GONZALEZ REY, F. **Sujeito e subjetividade**. São Paulo: Thomson, 2003.

GONZALEZ REY, F. O Valor heurístico da subjetividade na investigação psicológica. In: _____. (Org). **Subjetividade, complexidade e pesquisa psicológica**. São Paulo: Pioneira, 2005. p. 27 – 51.

HOYUELOS, Alfredo. **A ética no pensamento e na obra pedagógica de Loris Malaguzzi**. 1. Ed. – São Paulo: Phorte, 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/sinop/historico>. Acesso em 23 jun. 2021.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional**. Educar em Revista, Curitiba: UFPR, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602011000300005&script=sci_abstract&tlng=pt . Acesso em 14 jul. 2021.

KASSAR, M. C. M. e outros. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva em um município de Mato Grosso do Sul. **Revista Cadernos Cedes**. Campinas, v. 38, n. 106, p. 299-313, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/cc0101-2622018199077>. Acesso em 26 mai. 2021.

KASSAR, M.C.M.; REBELO, A.S.; OLIVEIRA, R.T.C. **Embates e disputas na política nacional de educação especial brasileira**. Scielo, **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.45, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022019000100405. Acesso em 22.ago.2020.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães; REBELO, Andressa Santos. **Abordagens da educação especial no Brasil entre final do século XX e início do século XXI**.

Revista Brasileira de Educação Especial. Bauru, v. 24, n. esp., p. 51-68, 2018.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2003.

LAPLANE, Adriana Lia Frizman; CAIADO, Katia Regina Moreno; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **As relações público-privado na educação especial: tendências atuais no Brasil.** *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 17, p. 40-55, 2016.

LAKATOS, Maria Eva. MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico.** 4 ed/. São Paulo. Revista e Ampliada. Atlas, 1992.

LÓ, Judith Eva Dupont. **Uma escola para todos e para cada um:** escola inclusiva, uma comunidade de aprendizes. p. 119-134. 2010. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/187>. Acesso em: 24 jun. 2021.

LORD, Lucio José Dutra. Sobre conquistas e desafios: o direito à educação quase três décadas depois da Constituição Federal. **Revista Educação em Perspectiva.** V.8, n.3, 2017, p.294-308. Disponível em: <https://doi.org/10.22294/eduper/ppge/ufv.v8i3.895>. Acesso em 20 mai. 2021.

LORD, Lucio Jose Dutra. Pesquisa em educação especial e educação inclusiva: considerações sobre metodologia. **Revista educação, cultura e sociedade** Vol. 11 No. 3 – Edição Especial 2021 ISSN: 2237-1648 DOI: 10.30681/2237-1648.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MAIOLINI, Sergio Pereira. **Estudo sobre a língua brasileira de sinais (LIBRAS) como disciplina curricular obrigatória na Universidade Federal de Mato Grosso.** 107 f. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado de Mato Grosso. Sinop, 2020.

MALAGUZZI, Loris. **Esperienza por una nuova scuola dell' infanzia.** Rome: Riuniti, 1971.

MALAGUZZI, L. Histórias, ideias e filosofia básica. In: EDWARDS, C.; GANDINI, L.; FORMAN, G. **As cem linguagens da criança:** a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Tradução. Dayse Batista. Porto Alegre: Penso, 2016.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MATO GROSSO. **Documento Referência Curricular para Mato Grosso – DRCMT.** Disponível em: <https://cefaprocaceres.com.br/noticia.php?codigo=369>>. Acesso em 23 jun. 2021.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Sobre alunos “incluídos” ou “da inclusão”:** reflexões sobre o conceito de inclusão escolar. In: VICTOR, Sonia Lopes; VIEIRA, Alexandro Braga; OLIVEIRA, Ivone Martins de. Educação especial inclusiva:

conceituações, medicalização e políticas – Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2017.

MENEGAT, Jardelino, SARMENTO, Dirleia Fanfa, RANGEL, Mary. O direito à educação de qualidade e suas decorrências para a gestão escolar. **Revista on line de Política e Gestão Educacional** [en linea]. 2018, 22 (1), 105-136 [fecha de Consulta 22 de Julio de 2021]. ISSN:. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=637766279008>. Acesso em 22 jul. 2021.

MONTEIRO, Cátia Maria Alves. **Acolher para incluir**: o acolhimento como articulador das práticas educacionais inclusivas. 86f. Dissertação de Mestrado. Instituto Federal Catarinense. Blumenau, 2020.

NEWSWEEK. **The 10 best schools in the world, and what we can learn from them**. 1991.

OLIVEIRA, Francélio Ângelo de. **Inclusão escolar e resistência docente**: a dimensão subjetiva dos professores e suas determinações. 2020. 171f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2020.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício do poder**: crítica ao senso comum em educação. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 4).

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIGO, N. M., & Oliveira, M. M. de. (2021) **Inclusão escolar**: Efeitos do plano nacional de educação nos planos municipais. *Cadernos de Pesquisa*, 51, Artigo e07304. <https://doi.org/10.1590/198053147304>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/g7gPkWP6pjtgXVqfdx9xhnm/#>. Acesso em 06 Jul. 2021.

RIGO, Neusete Machado. **A formação continuada de professores nos processos de inclusão escolar**: uma discussão entrelaçada com as diferenças e a normalidade. *Revista Educação, Pesquisa e Inclusão, Boa Vista*, v. 2 (2021), E-ISSN: 2675-3294. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/rep/rep/article/view/e20218>. Acesso em: 07 jul. 2021.

RODRIGUES, D. Desenvolver a educação inclusiva: dimensões do desenvolvimento profissional. *Inclusão: Revista da Educação Especial*, 4(2), 7-16. 2008.

RODRIGUES, David. **Direitos humanos e inclusão**. Porto: Profedições, 2016.

SANCHES, I. (2011). Do ‘aprender para fazer’ ao ‘aprender fazendo’: as práticas de educação inclusiva na escola. **Revista Lusófona de Educação**. 19(19), 135-156.

SANTOS, Geandra Cláudia Silva; MARTÍNEZ, Albertina Mitjans. **A subjetividade social da escola e os desafios da inclusão de alunos com desenvolvimento atípico**. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v. 22, n. 2, p. 253-268, Abr.-Jun., 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-

65382016000200253. Acesso em 20 mai. 2021.

SEBASTIAN-HEREDERO, E. **Reconstruyendo el currículo del siglo XXI**. Escuela inclusiva o escuela para todos. In: BIZELLI, J.L.; SEBASTIAN- HEREDERO, E. e RIBEIRO, P.R.M. **Inclusão e aprendizagem**. São Paulo: Cultura, 2016.

SEBASTIAN-HEREDERO, E.; ROSSI, R.C. **Caminhos da inclusão percorridos pelo Brasil**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 5, n. 1, p. 1-13, 2010.

SENEDA, Elizete Varussa. **O Papel do Gestor Como Articulador do Trabalho Colaborativo no Contexto de Uma Escola Inclusiva - Um Estudo de Caso**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação da Universidade de Araraquara - Uniara. São Paulo-SP, 2018.

SILVA, Tarciso Feijó da, ROMANO, Valéria Ferreira. Sobre o acolhimento: discurso e prática em Unidades Básicas de Saúde do município do Rio de Janeiro. **SAÚDE DEBATE**: Rio de Janeiro, v. 39, n. 105, p.363-374, ABR-JUN 2015.

Silva TF, David HMSL, Caldas CP, Martins EL, Ferreira SR. O acolhimento como estratégia de vigilância em saúde para produção do cuidado: uma reflexão epistemológica. **Saúde Debate**: Rio de Janeiro, v. 42, n. especial 4, p. 249-260, dez. 2018.

SINOP. **Documento referência curricular para o município de Sinop – MT**. Secretaria Municipal de Educação Esporte e Cultura - Coordenadoria de Educação Básica. 2019. Disponível em: https://www.sinop.mt.gov.br/fotos_noticias/7161.pdf. Acesso em 23 de jun. 2021.

SINOP. **Resolução Nº14/CME/2019-SINOP-MT de 21 de Agosto de 2019**. Fixa as normas para a Educação de Alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento -TGD e Altas Habilidades/Superdotação na Educação Básica – Educação Infantil e Ensino Fundamental, do Sistema Municipal de Ensino de Sinop-MT. Sinop-MT, 2019.

SINOP. **Secretaria de Educação Esporte e Cultura do Município de Sinop – SEEC**. Dados quantitativos fornecidos em 23 de junho de 2021.

SOUZA, S. C. M.; RANGEL, M. Exclusão/exclusão: múltiplos olhares, diferentes significados. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, p. 1063–1075, 2017. DOI: 10.22633/rpge.v21.n.esp2.2017.10152. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/10152>. Acesso em: 23 jul. 2021.

STACCIOLI, Gianfranco. **Diário do acolhimento na escola da infância**; tradução (do italiano) Fernanda Ortale & Ilse Paschoal Moreira. – Campinas, SP: Autores Associados, 2013. – (Coleção formação de professores. Série educação infantil em movimento).

STERING. Sílvia Maria dos Santos. **Ritmos e tons das ações instituintes da educação popular**. Um olhar fenomenológico da Orquestra de Flautas Meninos do

Pantanal. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFMT. Programa de Pós Graduação em Educação. 2008.

VYGOTSKY, L.S. **Obras completas. Tomo cinco: Fundamentos de Defectologia.** Havana: Editorial Pueblo Y Educación;1989.

APÊNDICE A

Questionário para as Instituições Mantenedoras Educacionais das Escola de Educação Infantil de Sinop-MT

Prezados(as) Servidores(as) sou mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação Inclusiva – PROFEI, Mestrado Profissional da Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado - UNEMAT e estou pesquisando sobre a Subjetividade nos espaços educacionais inclusivos, na Linha de Pesquisa Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, com o objetivo de analisar se há e como se dá o acolhimento na Educação Infantil junto às crianças com necessidades educacionais especiais durante o seu ingresso na Educação Infantil como uma estratégia para identificar as necessidades destes, com vistas a propor ações para o seu atendimento, favorecendo a articulação do seu processo de ensino-aprendizagem, abrindo perspectivas para a efetivação da sua inclusão educacional.

Vimos por meio deste convidá-la (o) a participar respondendo ao questionário abaixo, estratégia de coleta de dados para a pesquisa acima citada.

Tendo em vista que, segundo Staccioli (2013), “Acolher uma criança é também acolher o mundo interno dela, as suas expectativas, os seus planos, as suas hipóteses e as suas ilusões” (STACCIOLI, 2013, p. 28).

Para Staccioli (2013, p.25) o acolhimento na educação infantil é um método de trabalho complexo, uma ideia chave no processo educativo e deve acontecer não somente no período de adaptação das crianças, mas sempre, isto é, precisa ser constantemente acolhedora.

Em sua pesquisa Monteiro (2020, p.28) destaca que “A construção de espaços inclusivos pressupõe que todos os estudantes se sintam acolhidos e atendidos em suas necessidades”. Desta forma, em um processo inclusivo, segundo Monteiro (2020, p.29) “[...] acolher ultrapassa a simples recepção e inserção do estudante no espaço escolar. Mas pressupõe aceitá-lo, considerar suas necessidades e potencialidades, para então atendê-las”.

Desde já, agradeço sua colaboração e participação.

Atenciosamente, Maiby Gisele Wagner

Entrevista para os servidores da Secretaria de Educação Esporte e Cultura de Sinop - SEEC (Educação Infantil) e Atendimento Educacional Especializado – AEE.

1. Como você define o conceito de acolhimento na política municipal de inclusão? Quais são as orientações que são sistematicamente encaminhadas às instituições de Educação Infantil?

1. Na sua opinião, o acolhimento às crianças com necessidades educacionais especiais favorece a sua socialização com os demais e a implementação de ações inclusivas na escola? Explique como?

2. O acolhimento das crianças com necessidades educacionais especiais na Educação Infantil acontece na perspectiva de identificação das necessidades destes, com a finalidade de elaborar ações para o seu atendimento? Como?

4. Qual a política municipal da Secretaria de Educação de Sinop na formação dos professores? Qual a oferta de cursos de formação para professores da educação infantil sobre o tema do acolhimento para crianças com necessidades educacionais especiais? Quais atividades, neste sentido, foram desenvolvidas com as crianças?

5. Como é a organização da gestão no sentido de auxiliar a efetivação da proposta inclusiva na educação infantil?

6. A Rede Municipal de ensino de Sinop, possui alguma lei, resolução ou projeto que tenha uma orientação aos professores, quanto às ações relativas ao acolhimento na educação infantil, para as crianças com necessidades educacionais especiais? Quais?

7. Você pode utilizar esse espaço para deixar sua sugestão para um futuro projeto ou ação de acolhimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais (N.E.E.s) na educação infantil que será elaborado como produto final desta pesquisa.

APENDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento.

Em caso de dúvida, pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado- UNEMAT, campus de Sinop/MT pelo telefone: (65) 3221-0067, ou a pesquisadora Maiby Gisele Wagner, pelo telefone (66) 98110-5102.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Título do projeto: A SUBJETIVIDADE NOS ESPAÇOS EDUCACIONAIS INCLUSIVOS

Responsável pela pesquisa: Prof^a Maiby Gisele Wagner, CPF 006.623.859-50, RG: 77910093 SSP/PR. Endereço: Rua 03, 121, Jardim Itália I, CEP: 78552-332, Sinop/MT e telefone para contato. Fone: (66) 98110-5102.

A Pesquisa “A subjetividade nos espaços educacionais inclusivos” tem como objetivo analisar o acolhimento na Educação Infantil, como uma tática para identificar as necessidades dos estudantes com necessidades educacionais especiais e sugerir ações para o seu atendimento e o desenvolvimento das suas potencialidades favorecendo a articulação do seu processo de ensino- aprendizagem. Nesta proposta de pesquisa, além da produção do relatório sobre o problema estudado, o produto final que almeja-se, são novos espaços de inclusão, com ambiente potencializador do conhecimento e de qualidade no acolhimento aos estudantes com necessidades especiais. Desta forma, de acordo com o final da pesquisa, pretendo desenvolver um projeto que direcione para novas práticas inclusivas.

A realização da pesquisa com abordagem qualitativa, a ser realizada nas instituições mantenedoras da educação infantil do Município de Sinop, Secretaria de Educação e Departamento da Educação Especial, tem em sua metodologia uma pesquisa documental e a coleta de dados será por meio de questionários semiestruturados. Os resultados aqui obtidos, garantindo o sigilo absoluto da fonte dos dados, serão utilizados para fins de relatórios e para trabalhos científicos a serem apresentados em eventos e em revistas e livros voltados para a educação. Será feito o acompanhamento e a assistência aos voluntários da pesquisa, pelo pesquisador anteriormente referido.

Os benefícios esperados no desenvolvimento do referido Projeto de Pesquisa que se possa realizar, é entender melhor esse processo para abrir novas opções para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, uma vez que este estudo propõe o acolhimento como uma estratégia para identificar as reais necessidades dos estudantes com N.E.E.s e possibilitar a articulação do processo de ensino-aprendizagem, de forma a indicar condições para a efetivação da inclusão educacional.

Esclarecemos, ainda, que há possibilidades de riscos, em relação à dimensão,

psíquica, moral, emocional, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, ou ser decorrentes dela. Um risco possível está em que o voluntário da pesquisa, ao responder o questionário poderá se sentir constrangido(a), o que entendemos que será minimizado, considerando que no presente termo já estará apontado que é de livre e espontânea vontade a resposta às perguntas e que poderão não responder alguma pergunta ou nenhuma se for de sua vontade.

Pelo presente termo, eu _____, autorizo a pesquisadora Maiby Gisele Wagner, responsável pelo Projeto de Pesquisa: "**A subjetividade nos espaços educacionais inclusivos**", a fazer uso dos dados por mim gerados para os estudos do referido projeto.

Ao assinar este termo de consentimento livre e esclarecido, entendo que (assinalar cada item com o sinal \surd , após a leitura):

- Os dados por mim gerados serão submetidos à análise da pesquisadora do projeto, com o objetivo de analisar o acolhimento na Educação Infantil, como uma tática para identificar as necessidades dos estudantes com necessidades educacionais especiais.
- Caso, por qualquer motivo, eu me sinta desconfortável, poderemos utilizar algum outro método alternativo de coleta, com a minha permissão;
- Terei o acompanhamento e assistência, na medida do possível, da pesquisadora anteriormente referida;
- A pesquisadora anteriormente referida me dará esclarecimentos, antes e durante a pesquisa, acerca de sua metodologia e seu método de análise dos dados;
- Terei total garantia de anonimato, estando assegurada minha privacidade quando dados confidenciais envolverem o meu nome;
- Não serei pago por minha participação no projeto, sendo que os ganhos decorrentes da mesma serão no âmbito de minha aprendizagem e experiência de participação;
- No caso de aplicação de entrevistas, terei o direito de não responder a perguntas que me causem constrangimentos de qualquer natureza;
- No caso de registro de imagens, terei o direito de não permitir a gravação e divulgação das imagens;
- Autorizo a publicação dos meus dados, desde que sejam mantidos os procedimentos de anonimato.

Atenciosamente,

Sinop/MT, ____ de _____ de _____,

Participante

Maiby Gisele Wagner
Pesquisadora

DADOS DO PARTICIPANTE	
Nome:	
Data de nascimento:	
Endereço:	
Telefone para contato:	
E-mail:	
RG/Órgão Expedidor	
CPF	
Assinatura do participante	

APÊNDICE C

PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A SUBJETIVIDADE NOS ESPAÇOS EDUCACIONAIS INCLUSIVOS

Pesquisador: MAIBY GISELE WAGNER

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 51276521.0.0000.5166

Instituição Proponente: UNEMAT

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.100.182

Apresentação do Projeto:

Resumo:

O presente projeto tem como objetivo analisar o acolhimento na Educação Infantil, como uma tática para identificar as especificidades dos estudantes com necessidades educacionais especiais e sugerir ações para o seu atendimento e o desenvolvimento das suas potencialidades favorecendo a articulação do seu processo de ensino-aprendizagem, abrindo perspectivas para a efetivação da sua inclusão educacional. Trata-se de um assunto desafiador, uma vez que a pesquisa buscará ouvir pessoas que atuam na Secretaria de educação, esporte e cultura de Sinop, Conselho municipal de educação e o departamento do Atendimento Educacional Especializado – AEE. Compreendendo o espaço de inclusão, permeando a linha de pesquisa Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Na busca da qualidade no atendimento do AEE, investigarei a realidade das instituições na amplitude do acolhimento ao estudante com necessidades. A metodologia escolhida é a pesquisa qualitativa, buscando fundamentação, além das legislações específicas da área, autores que analisam este assunto, tais como: Carvalho (2000), Chizzotti (2015) e Deleuze (2006).

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar o acolhimento dos estudantes com necessidades educacionais especiais na

Educação Infantil na perspectiva de identificação das necessidades destes, com vistas à

proposição de ações para o seu atendimento e o desenvolvimento das suas potencialidades.

Objetivo Secundário:

Elaborar um quadro teórico referencial para a realização dos estudos;

Investigar os conceitos de acolhimento nos documentos oficiais no município de Sinop, direcionados aos estudantes com necessidades educacionais especiais;

Investigar ações aplicadas pela Rede Municipal de Ensino de Sinop - MT no que concerne ao acolhimento desses estudantes;

Analisar o atendimento das instituições mantenedoras aos estudantes com necessidades educacionais especiais;

Identificar com base na literatura e legislação vigente os conhecimentos necessários para a elaboração do Produto Educacional;

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Esclarecemos, ainda, que há possibilidades de riscos, em relação à dimensão, psíquica, moral, emocional, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, ou ser decorrentes dela. Um risco possível está em que o voluntário da pesquisa, ao responder o questionário poderá se sentir constrangido(a), o que entendemos que será minimizado, pelo fato de o questionário não ser de cunho pessoal e sim profissional, sem nenhuma consideração ofensiva tanto ao órgão institucional quanto ao sujeito participante da pesquisa, considerando que no termo de consentimento livre e esclarecido já estará apontado que é de livre e espontânea a resposta as perguntas e que poderão não responder alguma pergunta ou nenhuma se for de sua vontade, como também no momento dos registros fotográficos ou filmagem, será esclarecido da liberdade de divulgar as imagens ou não.

Benefícios:

Os benefícios esperados no desenvolvimento do referido Projeto de Pesquisa que se possa realizar, é entender melhor esse processo para abrir novas opções para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, uma vez que este estudo propõe o acolhimento como uma estratégia para identificar as reais necessidades dos estudantes com N.E.E.s e possibilitar a articulação do processo de ensino-aprendizagem, de forma a indicar condições para a efetivação da inclusão educacional.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa apresenta:

- Respeito aos participantes da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida;

- Ponderação entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
- Garantia de que danos previsíveis serão evitados; e
- Relevância social da pesquisa, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados de acordo com as exigências da resolução 466/2012 e a Norma Operacional 001/2013 do CNS-Conselho Nacional de Saúde.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado de Mato Grosso CEP/UNEMAT após análise do protocolo em comento, de acordo com a resolução 466/2012 e a Norma Operacional 001/2013 do CNS, é de parecer que não há restrição ética para o desenvolvimento da pesquisa.

LISTA DE PENDÊNCIAS:

- 1- Declaração de responsabilidade do orientador dizendo que faz parte da equipe de pesquisa e obedecerá a resolução 510/2016 em toda as fases da pesquisa. Essa questão não foi sanada no parecer anterior. SANADA
- 2- Inserção do nome do orientador no cadastro da plataforma (Informações Básicas), pois ele faz parte da sua equipe de pesquisa. (NÃO SANADA, MAS A PESQUISADORA JUSTIFICOU QUE O SISTEMA NÃO PERMITIU ACESSO ÀS ABAS PARA INCLUSÃO)

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Auto r	Situaçã o
Recurso do Parecer	recurso.pdf	20/10/2021 13:04:55		Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLARACAOORIENTADOR - assinada e em PDF.pdf	20/10/2021 13:03:58	MAIBY GISELE WAGNER	Aceito

Recurso Anexado pelo Pesquisador	RECURSOAOCEP.pdf	20/10/2021 13:02:45	MAIBY GISELE WAGNER	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1769509.pdf	12/09/2021 15:56:36		Aceito
Outros	Oficio2aocep.pdf	12/09/2021 15:55:40	MAIBY GISELE WAGNER	Aceito
Declaração de Pesquisadores	docresponsabilidade.pdf	12/09/2021 15:54:34	MAIBY GISELE WAGNER	Aceito
Outros	Curriculolord.pdf	12/09/2021 15:53:17	MAIBY GISELE WAGNER	Aceito
Orçamento	orcamento2.pdf	12/09/2021 15:51:59	MAIBY GISELE WAGNER	Aceito
Folha de Rosto	folharostoass.pdf	12/09/2021 15:48:33	MAIBY GISELE WAGNER	Aceito
Outros	curriculo.pdf	12/09/2021 14:29:57	MAIBY GISELE WAGNER	Aceito
Declaração do Patrocinador	termocompassinado.pdf	08/06/2021 12:02:22	MAIBY GISELE WAGNER	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	oficioassinado.pdf	08/06/2021 11:57:58	MAIBY GISELE WAGNER	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	infraestrutu.pdf	08/06/2021 11:56:34	MAIBY GISELE WAGNER	Aceito
Outros	QUESTIONARIO.docx	04/06/2021 22:21:38	MAIBY GISELE WAGNER	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOAOCEP.docx	04/06/2021 22:19:42	MAIBY GISELE WAGNER	Aceito
Declaração de concordância	NAOCOMECOU.pdf	04/06/2021 22:12:42	MAIBY GISELE WAGNER	Aceito
Declaração de Pesquisadores	LEI.pdf	04/06/2021 22:12:05	MAIBY GISELE WAGNER	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	04/06/2021 22:05:50	MAIBY GISELE WAGNER	Aceito
Cronograma	cronograma.docx	04/06/2021 22:02:32	MAIBY GISELE WAGNER	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não